

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

MARILENE PENIDO DE PINHO FERRAZ

**OS ESPAÇOS SÓCIO-CULTURAIS DA CIDADE E O DIREITO AO
ACESSO E À APROPRIAÇÃO DOS MESMOS, INDEPENDENTE DA COR OU
CONDIÇÃO SOCIAL**

Belo Horizonte
2010

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PÓS-GRADUAÇÃO LATU-SENSU EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO
BÁSICA - LASEB**

MARILENE PENIDO DE PINHO FERRAZ

**OS ESPAÇOS SÓCIO-CULTURAIS DA CIDADE E O DIREITO AO
ACESSO E À APROPRIAÇÃO DOS MESMOS, INDEPENDENTE DA COR OU
CONDIÇÃO SOCIAL**

Belo Horizonte
2010

MARILENE PENIDO DE PINHO FERRAZ

**OS ESPAÇOS SÓCIO-CULTURAIS DA CIDADE E O DIREITO AO
ACESSO E À APROPRIAÇÃO DOS MESMOS, INDEPENDENTE DA COR OU
CONDIÇÃO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado junto ao Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Docência na Educação Básica (LASEB) da Faculdade de Educação da UFMG, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em História da África e Cultura Afro-brasileira: Uma Introdução à Lei Nº 10.639/03.

ORIENTADORA: Prof^a Ms. Maria José Batista Pinto

Belo Horizonte
2010

Dedico este trabalho aos povos africanos que lutaram pela sua liberdade em um país desconhecido, e continuam lutando pelo seu reconhecimento enquanto sujeitos afro-brasileiros.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus alunos que participaram efetivamente deste projeto, à direção da Escola Municipal Santa Terezinha, que viabilizou a execução do mesmo.

Agradeço com imenso carinho aos meus colegas do Curso de Pós-graduação em História da África, em especial à minha amiga-irmã Lúcia Estanislau, que durante todo o tempo esteve ao meu lado me dando coragem.

Agradeço aos meus filhos, que carinhosamente me ajudaram através de todo suporte tecnológico possível.

Agradeço à Equipe do Laseb, e à minha orientadora Maria José, pelo carinho e competência.

“De que me adianta temer o que já aconteceu? O tempo do medo já aconteceu, agora, começa o tempo da esperança...”

Paulo Freire

RESUMO

Este trabalho faz uma reflexão acerca da apropriação dos espaços públicos e culturais pelos alunos da Escola Municipal Santa Terezinha, com o intuito de gerar uma ação educativa nas relações étnico-raciais. Através de questionário realizado, pude observar que a maioria dos alunos que se autodeclararam pretos e pardos têm pouco – ou nenhum – conhecimento de locais públicos e culturais acerca do bairro e da cidade. Entendendo que a educação acontece também fora dos muros da Escola, e que a mesma tem uma função cultural muito grande, elaborei um “*tour*” por alguns espaços do bairro, do entorno e do centro da cidade, o que propiciou aos alunos discutir a sua inserção no espaço. Lembrando que, na época da escravidão, o negro africano fora desapropriado involuntariamente de sua terra natal e trazido para o Brasil recém-conquistado, onde teve seus direitos violados, durante todo o tempo da escravidão. Após a abolição desta, o governo negligente não inseriu o ex-escravo e seus descendentes na sociedade: marginalizados permaneceram sem direito à terra, ao trabalho e à dignidade. Ao demarcar o seu território, o branco não se importou em excluir o negro, executando na cidade um processo de segregação, em que o negro não tinha acesso aos mesmos locais dos brancos. Quando estudamos a Lei 10.639, promulgada em 9 de janeiro de 2003, que traz as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, percebi a necessidade de desconstruir a idéia errônea, equivocada e incorreta de segregar sujeitos a partir da cor da pele. Acreditando na democracia e nos direitos igualitários assegurados pela Carta Magna brasileira, propus este trabalho, o qual foi desenvolvido no segundo semestre de 2010, sendo que alguns espaços públicos da cidade foram visitados, analisados e discutidos com os alunos. Em linhas gerais, o objetivo deste trabalho é construir a autonomia e ampliar o conhecimento dos alunos, com relação ao acesso a locais culturais da cidade, promovendo uma educação para as relações étnico-raciais.

Palavras-Chave: educação, relações étnico-raciais, espaço sócio-cultural, identidade.

LISTA DE FIGURAS

FIG. 1	Gráfico 1 – Qual é a sua idade?	12
FIG. 2	Gráfico 2 – Qual é a sua cor?	12
FIG. 3	Gráfico 3 – Renda Mensal Familiar	13
FIG. 5	Gráfico 4 – Pessoas que moram na casa	13
FIG. 6	Gráfico 5 – Conhecimento acerca da cidade	14
FIG. 7	Gráfico 6 – Brancos: Acesso à teatro, museu e exposições.	15
FIG. 8	Gráfico 7 – Pretos: Acesso à teatro, museu e exposições.	15
FIG. 9	Gráfico 8 – Pardos: Acesso à teatro, museu e exposições.	15
FIG. 10	Tabela 1 – Ponto mais bonito da cidade	24
FIG. 12	Tabela 2 – Cronograma de Atividades	35-36



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
Pós-Graduação Lato Sensu em Docência na Educação Básica

**ATA DE DEFESA DO CENTÉSIMO TRIGÉSIMO NONO TRABALHO FINAL -
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO
BÁSICA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO HISTÓRIA DA ÁFRICA**

Aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dez, realizou-se, na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, a apresentação do trabalho final de conclusão da quarta edição do curso LASEB – Pós-graduação lato sensu em Educação Básica – com o título Os espaços sócio-culturais da cidade e o direito ao acesso e apropriação dos mesmos, independente de sua cor ou condição social

da aluna MARILENE PENIDO DE PINHO FERRAZ. A banca examinadora foi composta pelos seguintes professores: Maria José Batista Pinto (Orientadora) Miriam Lúcia Santos Jorge e Liliane Santos Jorge. Os trabalhos iniciaram-se às 8 horas, atendendo a uma escala de apresentações definida pela orientadora. Após a apresentação oral da pesquisa, a banca examinadora fez uma arguição à candidata. A banca se reuniu, em seguida, sem a presença da candidata e do público, para fazer a avaliação final. Em conclusão, a banca examinadora considerou o trabalho APROVADO, atribuindo-lhe a nota 100, conceito A. O resultado final do trabalho foi comunicado a aluna, que deverá encaminhar à Secretaria do curso a versão final em meio digital (CD), de acordo com as orientações da secretaria do colegiado de curso. Nada mais havendo a tratar, eu, Ana Maria de Castro Rocha, secretária do colegiado do curso, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será por mim assinada e pelos demais membros presentes. Belo Horizonte 11 de dezembro de 2010.

Aluna Marlene Penido de P. Ferraz nº de matrícula 2009745552

Professora Maria Jose Batista Pinto - Orientadora

Professora Miriam Lucia Santos Jorge - convidado/avaliador

Professora Liliane Santos Jorge - convidado/avaliador

Ana Maria de Castro Rocha

Ana Maria de Castro Rocha
Secretária do Colegiado de Curso Lato Sensu
em Docência na Educação Básica



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Pró-Reitoria de Pós-Graduação

Biblioteca Digital de Teses e Dissertações



Identificação do material bibliográfico impresso ou eletrônico

[] Tese [] Dissertação [x] Monografia

1. Identificação do documento/autor(a)

Autor(a): MARILENE FERREIRO DE PINHO FERRAZ

Matrícula: 2009745552 RG: M. 3 223.990 CPF: 556.550.416-34

Título: OS ESPAÇOS SÓCIO-CULTURAIS DA CIDADE E O DIREITO AO ACESSO E APROPRIAÇÃO DOS MEZMOS, INDEPENDENTE DE SUA COR OU CONDIÇÃO SOCIAL

Programa de Pós-Graduação: LATO SENSU EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO HISTÓRIA DA ÁFRICA

Orientador(a): Mariana José B. Pinto CPF: 04023092680

Co-Orientador(a): CPF:

Número de páginas: 42 Data de defesa: 11/12/10 Data de entrega do arquivo à secretaria: / /

2. Informações de acesso ao documento:

Este trabalho é confidencial? [] sim [x] não
Ocasionará registro de patente? [] sim [x] não
Pode ser liberado para acesso público? [x] total [] parcial [] não

Em caso de publicação parcial, assinale as permissões:

[] Capítulos. Especifique:
[] Outras restrições:

Termo de Autorização para Disponibilização na Biblioteca Digital da UFMG

Na qualidade de titular dos direitos de autor(a) da publicação supracitada, de acordo com a Lei nº 9610/96, autorizo à Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG a disponibilizar gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, conforme permissões assinadas acima, do documento, em meio impresso ou eletrônico, na Rede Mundial de Computadores, no formato especificado, para fins de leitura, impressão e/ou download pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada pela Universidade, a partir desta data.

Marilene Ferreiro de Pinho Ferraz

Assinatura do(a) autor(a)

/ /

Data

Tramitação na UFMG

1. Cliente do orientador

Mariana José B. Pinto
Nome legível

Assinatura

10 / 12 / 2010
Data

2. Secretária do Programa de Pós-Graduação

recebido em / / responsável

liberado em / / responsável

3. Biblioteca Universitária

liberado em / / responsável

En caso de restrição, esta poderá ser mantida por até um ano a partir da data de defesa. A extensão desta prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Todo resumo estará disponível para reprodução, conforme legislação vigente na UFMG.

Texto (PDF); Imagem (JPG ou GIF); Som (WAV, MPEG, AIFF, SND); Vídeo (MPEG, AVI, QT); Outros (específico da área).

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	12
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DOS SUJEITOS E DA ESCOLA.....	13
2.1. Caracterizando os sujeitos deste trabalho.....	13
2.2. A Organização Escolar.....	17
2.3. Caracterizando a Escola.....	18
2.4. A Escola e a Comunidade.....	21
2.5. Os Alunos e a Escola.....	21
3. OBJETIVO GERAL.....	23
3.1. Objetivos Especificos.....	23
4. JUSTIFICANDO O TRABALHO A PARTIR DOS SUJEITOS.....	24
5. REFERENCIAL TEÓRICO.....	28
5.1. Revisando a relação Brasil e África para referenciar a educação para as relações étnico-raciais.....	28
5.2. O espaço da cidade e suas dimensões formativas.....	31
6. METODOLOGIA	34
7. CRONOGRAMA	35
8. AVALIAÇÃO.....	37
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	42

1. APRESENTAÇÃO

Sou professora de História, lotada na Escola Municipal Santa Terezinha, e, atualmente, em sistema de dobra na Escola Municipal Maria de Magalhães Pinto.

Trabalho na Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte desde 1992, e atuo na mesma escola desde então.

Com isso, tenho o privilégio de dar aula para a mesma comunidade já a muitos anos e, atualmente, a maioria dos meus alunos são filhos dos meus primeiros alunos adolescentes.

Sempre me preocupei com as questões raciais, e durante a minha prática, sempre faço um trabalho de reconhecimento e valorização das culturais, principalmente a africana.

Em 2009, tive a oportunidade de fazer o curso de Pós-Graduação em História da África, da UFMG em parceria com a PBH. Fiquei muito contente, pois percebi que ao trabalhar as questões étnico-raciais, me faltava embasamento teórico, o que certamente eu encontraria no curso.

Durante o mesmo, foi proposto um trabalho, que seria um Plano de Ação a ser desenvolvido na Escola, e que envolvesse as relações étnico-africanas, bem como a implantação da Lei 10.639/03.

Não tive dúvida em relação ao tema a ser trabalhado, já que era um problema presente no contexto da sala de aula – a desigualdade de acesso a espaços sócio-culturais da cidade, entre alunos negros e brancos .

Então, o meu Plano de Ação tomou como foco os alunos da Escola Municipal Santa Terezinha, consistindo em levá-los a uma reflexão acerca da apropriação dos espaços culturais da cidade, bem como do bairro. Além da reflexão, a proposta era ir com eles a alguns locais escolhidos, fazendo-os reconhecerem-se nesses espaços, enquanto sujeitos de direitos.

Convido os leitores a uma reflexão acerca do assunto, que foi muito gratificante para mim, pois possibilitou a minha interação direta com o meu aluno junto a espaços e lugares que eles desconheciam.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DOS SUJEITOS E DA ESCOLA

2.1. Caracterizando os sujeitos deste trabalho

Para conhecer um pouco mais os alunos com os quais trabalho, apliquei um questionário levantando informações acerca dos mesmos.

Os alunos envolvidos neste trabalho totalizam um número de 100. Sendo que, os que responderam ao questionário, correspondem a 80.

São adolescentes com idade entre 12 e 15 anos (conforme o gráfico 1), estudam no 7º Ano do Ensino Fundamental¹ e moram no entorno da Escola.



GRÁFICO 1 – Qual é a sua idade? – Em porcentagem.

A maioria, 59% dos alunos, está na faixa etária adequada para a etapa do ciclo.

Em relação à cor declarada pelos mesmos, podemos observar no gráfico 2 que os alunos que se autodeclararam negros (pretos e pardos) representam 74% do total de alunos entrevistados.



GRÁFICO 2 – Qual é a sua cor? – Em porcentagem

¹ Corresponde ao primeiro ano do terceiro ciclo de acordo com a organização da Escola Plural. Proposta Pedagógica implantada na Rede Municipal de Belo Horizonte desde 1995.

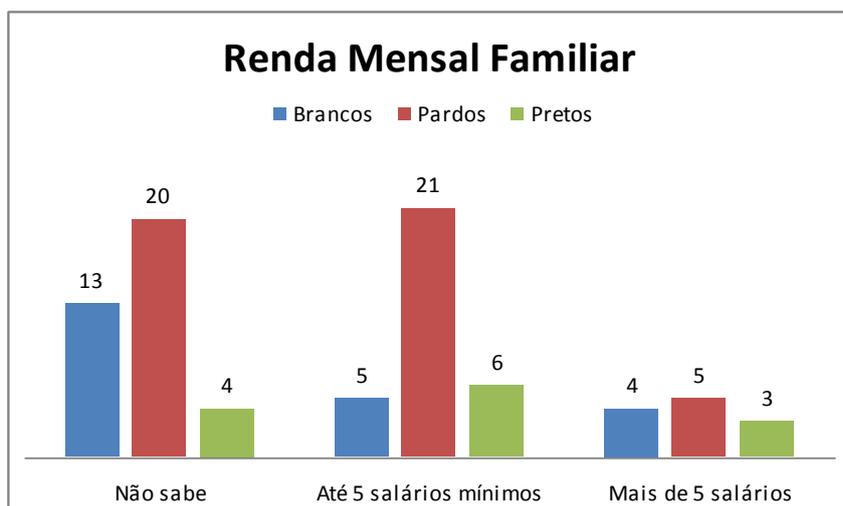


GRÁFICO 3 – Renda mensal familiar – Em quantidade.

Podemos observar no gráfico 3 que a renda mensal familiar entre brancos e negros não se aproxima em nenhum dos níveis salariais. Sendo que em relação ao menor nível, ou seja, até 5 salários mínimos, a quantidade de negros é bem maior.

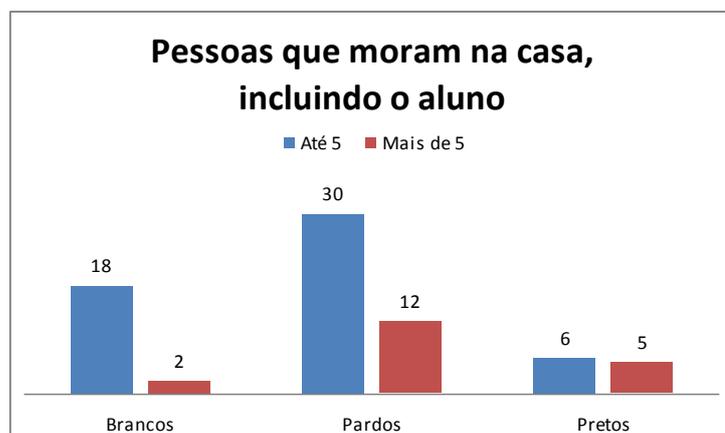


GRÁFICO 4 – Pessoas que moram na casa – Em quantidade.

Em relação ao gráfico 4, observamos que o número de pessoas que moram na casa do aluno fica em torno de 5, tanto para brancos quanto para negros.

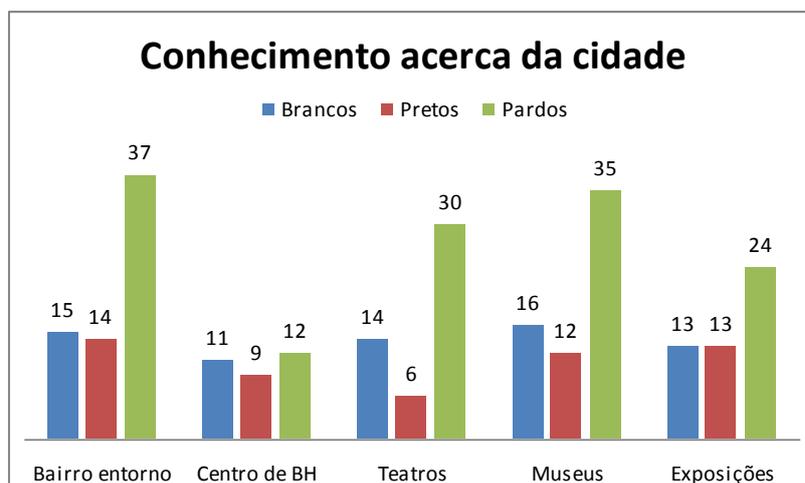


GRÁFICO 5 – Conhecimento acerca da cidade – Em quantidade.

O gráfico 5 mostra um dado interessante: os alunos que se auto declararam negros conhecem mais os bairros do entorno da escola, ou seja, eles tem mais autonomia no ir e vir, são mais independentes. Quando questionei a eles com quem vão de um bairro ao outro, me responderam que é sozinho ou com algum colega.

Em relação ao centro da cidade, há também um dado importante - eles conhecem ruas e avenidas considerados corredores e com comércio popular, como exemplo Av. Paraná e Olegário Maciel e Ruas Guarani, Tupinambás, Curitiba, entre outras.

Em relação ao conhecimento de teatros, exposições e museus, grande parte dos alunos que se autodeclararam negros já foram pelo menos uma vez. A maioria através do Projeto da Escola Integrada².

Ao perguntar sobre qual ou quais teatros eles conhecem, eles não sabem dizer, nem o nome nem a localização. Às vezes não lembram o que foram assistir ou participar, conforme expressa um aluno: *“Já fui em um monte de teatro com a escola, mas não sei onde fica e nem o que tinha lá” Aluno K., 14 anos.*

² Iniciativa da Prefeitura de Belo Horizonte, esse projeto-piloto atende alunos do ensino fundamental de aproximadamente 90 escolas da rede municipal de educação, com a participação de diferentes setores governamentais, instituições de ensino superior e ONGs. O objetivo é oferecer educação integral por meio da ampliação dos horários de atividades educativas e utilização de espaços físicos externos à escola. Essa ampliação é obrigatória para todos os alunos que tem necessidade dessa ampliação do tempo escolar, principalmente os que estão em risco social.

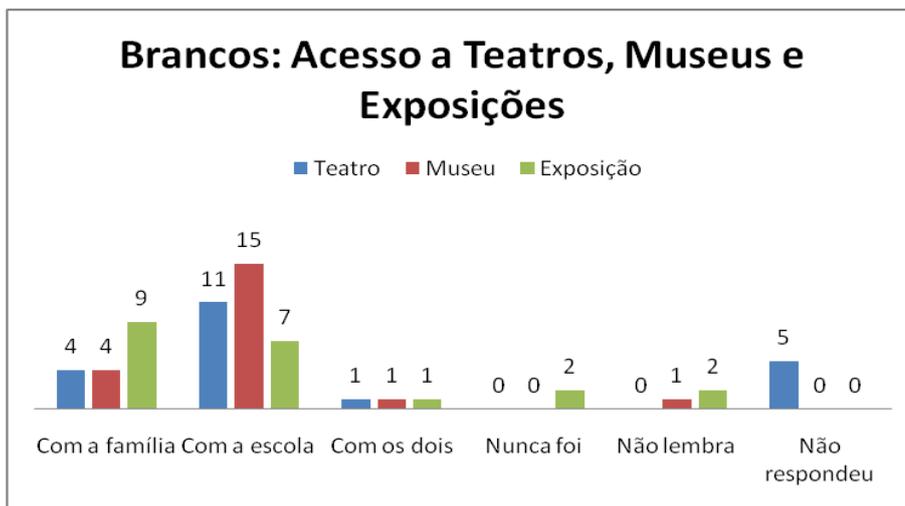


GRÁFICO 6 – Branco: Acesso à teatro, museu e exposições – Em quantidade.

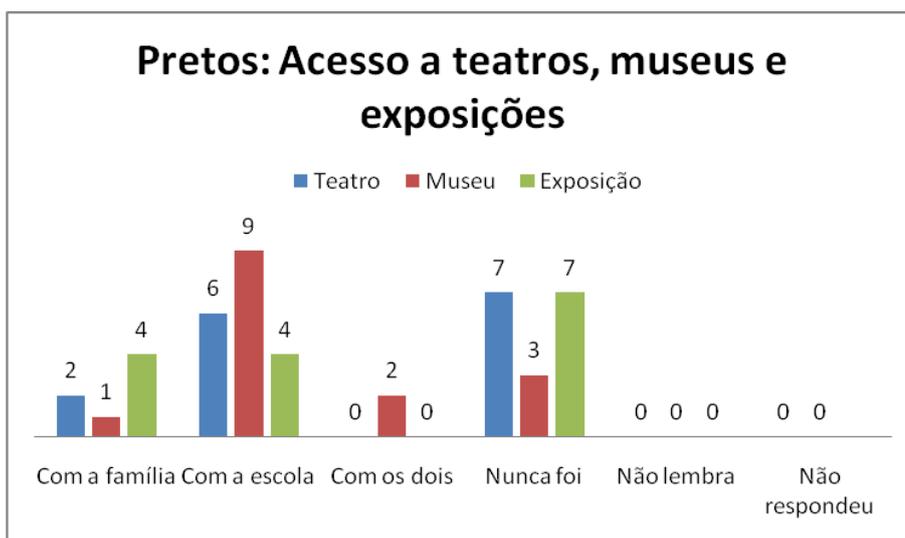


GRÁFICO 7 – Pretos: Acesso à teatro, museu e exposições – Em quantidade.

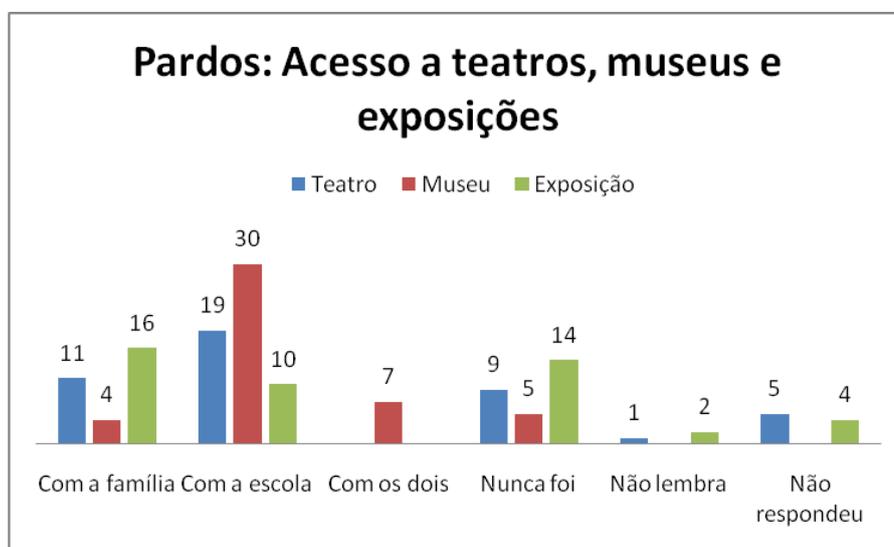


GRÁFICO 8 – Pardos: Acesso à teatro, museu e exposições – Em quantidade.

Observando os gráficos 7, 8 e 9, percebemos a importância da Escola no sentido de proporcionar o conhecimento aos alunos nos espaços de cultura da cidade.

Percebemos também que uma parte dos alunos que se autodeclararam pretos e pardos não conhecem estes espaços, embora a escola proporcione estas visitas a todos. Os brancos, em sua maioria, conhecem e frequentam, tanto com a escola quanto com a família tais locais.

Veremos que há uma diferença entre negros e brancos no que diz respeito a como acessam esses espaços, sendo que os brancos acessam mais com as famílias, e os negros, com a escola.

Não basta apenas levar os alunos aos espaços culturais do bairro e da cidade, é preciso contextualizar o ambiente a ser visitado e, além de tudo, buscar significação neste espaço. O espaço existe e tem suas características e significados próprios. A cada exposição, um contexto, e a cada contexto, uma história que muitas vezes deixa marcas na sociedade e na vida dos alunos.

2.2. A Organização Escolar

Os alunos estão organizados em 4 turmas de aproximadamente 25 alunos cada. Possuem oito professores que trabalham nas quatro turmas os seguintes conteúdos:

- Língua Portuguesa;
- Ciências;
- Geografia;
- Matemática;
- Artes;
- Educação Física
- Língua Estrangeira

As aulas são divididas em 4 módulos de 1 hora cada, totalizando 20 horas por semana.

Percebe-se que muitos desses alunos não conhecem espaços além das fronteiras do bairro, e todo o conhecimento e participação que eles possuem em outros espaços culturais é restrito a idas que a própria Escola organizou.

Os alunos, em sua maioria, são curiosos, interessados e participativos.

Não existe um projeto interdisciplinar na Escola. Os professores organizam projetos de acordo com afinidades entre si. Organização esta que fica prejudicada devido à falta de tempo para reuniões e discussões de projetos.

2.3. Caracterizando a Escola

A Escola Municipal Santa Terezinha nasceu de um desejo e uma demanda da comunidade, por uma escola que atendesse alunos da antiga 5ª à 8ª séries.

Já havia duas escolas próximas – Escola Municipal Francisca Alves e Escola Municipal Maria de Magalhães Pinto, ambas construídas na década de 70, e que atendia a alunos das antigas 1ª à 4ª séries.

O terreno em que a Escola foi construída foi doado à PBH. O projeto inicial constava a Escola, uma biblioteca pólo e uma Policlínica.

A Escola foi construída, e inaugurada em novembro de 1990, sendo que as turmas iniciais começaram em fevereiro do mesmo ano, utilizando salas emprestadas da EMFAL.

A princípio, ela atenderia somente alunos de 1ª a 4ª séries, sendo que a ampliação para o atendimento de 5ª à 8ª foi feito de forma gradual.

No início do ano letivo de 1991, houve pressão da comunidade para que o ano iniciasse com turmas de 1ª à 8ª séries.

Houve manifestações, passeatas, presença da Regional, da imprensa, e enfim, foi liberado pela SMED o funcionamento de 1ª à 8ª séries.

Em 1992, eu fui lotada na Escola, como professora de História do 3º turno, que abrigava 12 turmas de 5ª à 8ª séries. A maioria dos alunos eram ainda adolescentes em sua faixa etária, e que vieram para o noturno devido à falta de vagas a tarde.

Em 1993, a Escola foi ampliada para atender 18 turmas.

Até a implantação da Escola Plural, o turno da noite possuía número grande de alunos, e de lá para cá a demanda foi sofrendo quedas até o mesmo

ficar reduzido a poucas turmas – atualmente são 5 turmas, que foram transformadas em EJA.

A Escola, ao longo dos anos, tem procurado atender a demanda da comunidade de uma forma bem inclusa. Tem lutado pelo seu reconhecimento na comunidade, que muitas vezes a comparava com as escolas vizinhas, que aos poucos implantou o atendimento de 5^a à 8^a séries.

Hoje, ela é uma Escola reconhecida pela seriedade dos profissionais, e com o diálogo com a comunidade, que durante muito tempo se manteve afastada.

Um fato interessante, é que a maioria dos alunos que estudam lá atualmente, são filhos de ex-alunos, pais que acreditam na proposta da Escola.

Em relação à proposta pedagógica da Escola, nunca houve uma discussão ampla, com formação aos sábados ou à noite, para que o grupo de professores escrevesse o Projeto Político Pedagógico da escola (PPP). Esse movimento começou em 1999, e não havia assessoria externa – o próprio grupo se organizou. Porém, em 2003, com a mudança da direção, foi contratada uma assessoria externa para a discussão com o grupo de professores e escrita do projeto.

As discussões foram fracas, pouco participativas, e enfim o Projeto foi escrito, entregue à Escola e nós, professores, na sua maioria, não conhecemos o seu conteúdo.

Quanto à proposta curricular da Escola, os professores trabalham o seu conteúdo de maneira individualizada, sendo que às vezes um ou outro grupo “ousa” e propõe algum trabalho interdisciplinar, que nem sempre é aceito pelo grupo, que alega falta de tempo para planejar. Então os projetos interdisciplinares ocorrem em pequenos grupos, geralmente constituídos por afinidades.

Em relação à Lei 10.639/03, nunca houve discussão e proposta de um trabalho voltado para as relações étnico-raciais – os trabalhos acerca do assunto ficam restritos às aulas de História.

O espaço da Escola é pequeno, são dois blocos de salas – total de 18 salas de aula –, um bloco administrativo, uma quadra coberta, uma aberta, uma biblioteca e uma cantina. O pátio é pequeno e tem pouco verde. O que predomina é o concreto (cimento). A Escola é limpa e bem cuidada, porém não é bonita e

nem agradável esteticamente, não há desenhos ou cores alegres, é tudo muito cinza.

A organização do tempo-espço é assim definida: 4 horários de 1 hora cada, e 20 minutos de intervalo. As salas de aula são salas-ambiente, ou seja, cada professor possui a sua, e são os alunos que mudam de sala a cada horário.

A Escola funciona em 3 turnos, e o corpo docente da Escola é formado por: 57 professores, 1 TSE, 2 professores de intervenção pedagógica, 2 professores do Programa Aceleração Escolar, 1 professor Comunitário (Escola Integrada) e 12 monitores da Escola Integrada. Os funcionários são contratados pela Caixa Escolar, e totalizam 20.

Os alunos são organizados da seguinte forma:

1º turno – 1º e 2º Ciclos

2º turno – 2º e 3º Ciclos

Noturno – EJA e Programa Aceleração Escolar

Os alunos são agrupados por faixa etária e as turmas são heterogêneas.

Eu trabalho nas turmas iniciais do 3º Ciclo. Os alunos são praticamente da mesma faixa etária, de uma classe social mais ou menos igual – média para baixo. São filhos de trabalhadores e residentes no entorno da Escola. Em relação às características étnico-raciais, a maioria deles são pardos. Brancos e pretos formam a minoria.

A minha relação com os alunos é muito boa, não tenho problemas sérios de indisciplina, consigo dar a minha aula de maneira tranqüila e interajo muito com eles. Trabalho a História relacionando-a com o presente o tempo todo. Tenho cinco turmas, totalizando cerca de 150 alunos.

Como já mencionei, trabalho nesta escola há 18 anos e atualmente estou lotada no turno da tarde (fiz a opção por mudar de turno em 2003, quando saí da vice-direção da escola). Eu tenho uma proposta de trabalho voltada para a construção de um cidadão crítico e reflexivo. Contextualizo a História, trazendo-a para o seu cotidiano e fazendo com que cada aluno se sinta sujeito construtor da história.

Observações: Na organização escolar à tarde, temos dez turmas de terceiro ciclo, quinze professores e dois coordenadores (um de turno e um pedagógico). Estas coordenações não foram formadas por desejo do professor, e

sim porque os professores que a compõem estavam excedentes na escola, e devido a esse fato, noto que não se empenham numa assessoria pedagógica aos professores, pelo contrário, dedicam seu tempo a resolver pequenos problemas de indisciplina e realizar serviços burocráticos. Observo também dois grupos de professores bem distintos: aqueles que são ousados e desejam executar projetos, trabalhar de forma diferente, levando em conta a especificidade de cada aluno, e há o grupo daqueles “acomodados” que só fazem o mínimo e ficam presos ao livro didático.

2.4. A Escola e a Comunidade

Atualmente, a relação da Escola e a sua comunidade é bem superficial. Os pais e/ou responsáveis não participam plenamente das atividades propostas pela Escola, tais como: reunião de pais, discussão sobre Regimento Escolar, PPP (Projeto Político Pedagógico), etc.. Quando há festas envolvendo apresentações artísticas dos alunos, os pais e/ou responsáveis comparecem, ficando restritos à apresentação do seu filho (quase sempre quando o mesmo apresenta, o pai/responsável vai embora, não esperando a apresentação dos demais.)

A Escola propõe espaços de discussão, encontros, reuniões e nem sempre os pais comparecem.

Percebo que a Escola fica muito sozinha, sem o apoio da família, para resolver os problemas relacionados à grande maioria dos alunos.

Quando a família procura a Escola, ela é bem recebida e acolhida, e juntos procuram estabelecer metas para melhorar o desempenho escolar dos alunos.

2.5. Os Alunos e a Escola

Os alunos da Escola Municipal Santa Terezinha são oriundos do próprio bairro, ou do seu entorno. São alunos que, na sua maioria, estão juntos desde a Educação Infantil.

A relação docente e discente é boa. Os alunos respeitam os professores, funcionários, colegas e o espaço escolar, de uma maneira geral.

Não existem no espaço escolar depredações, pichações e outros tipos de violências ao patrimônio escolar. Os alunos respeitam e são respeitados pela Escola.

A Escola para alguns alunos está para além de um local de estudo obrigatório, e sim um local de encontro entre amigos, pois o bairro não oferece um espaço seguro para encontros e brincadeiras. É na Escola que eles brincam, brigam, interagem, “ficam”, passeiam, etc.

Um fato que eu percebo muito claramente na Escola Municipal Santa Terezinha é que ex-alunos levam seus filhos para estudar lá e elogiam muito o trabalho pedagógico, embora como eu disse anteriormente, a comunidade seja um pouco ausente das discussões escolares.

As direções pela qual a Escola passou sempre agiram de forma democrática, assim como a atual, que busca ser mediadora dos conflitos quando estes surgem.

Considerando os dados apresentados aqui acerca dos sujeitos e a realidade escolar, busquei desenvolver no segundo semestre 2010 um trabalho de visita a alguns locais públicos e culturais da cidade para que os meus alunos conhecessem e buscassem uma re-significação destes espaços, conhecendo, compreendendo, apropriando e estabelecendo vínculos culturais com todos os locais visitados da cidade.

Espero sempre melhorar a auto-estima dos meus alunos, bem como educá-los para as relações étnico-raciais, na qual todos tem o direito de ir e vir e frequentar os espaços culturais do bairro e da cidade com total autonomia.

3. OBJETIVO GERAL

Levar os alunos a conhecer, se apropriar e interagir com os espaços sócios culturais do bairro e da cidade, no sentido de ressignificar e ampliar a relação que eles estabelecem com os mesmos de maneira a entender que podem, deve e tem o direito de usufruir dos bens culturais independente de sua cor ou condição social.

3.1. Objetivos Específicos

- Estimular a auto-estima dos alunos, através do seu contato e acesso aos locais culturais da cidade;
- Promover a vivência com os alunos, do direito de entrar e frequentar espaços da cidade pouco explorados pelos mesmos;
- Desenvolver neles o sentimento de pertencimento e apropriação dos espaços por meio do acesso e conhecimento do que acontece na cidade;
- Proporcionar aos alunos acesso a bens culturais e patrimoniais da cidade;
- Levá-los a se apropriar das áreas de lazer do seu bairro e do entorno;
- Valorizar a cultura africana, através do conhecimento dos locais, de manifestações culturais de matriz africana, tais como o Congado;
- Mostrar aos alunos afro-descendentes que freqüentar praças, teatros, museus, centros culturais e todo espaço da cidade é um exercício de cidadania e democracia, levando-os a uma reflexão crítica acerca dos espaços culturais pouco freqüentados por eles;
- Demonstrar para os alunos, através da apropriação dos espaços antes não freqüentados por eles, que estão sendo instrumentos de transformação de uma sociedade excludente;
- Destacar a importância da cultura negra, através da busca e cobrança por espaços que divulguem manifestações culturais africanas;
- Construir em todos os alunos uma consciência de igualdade racial, garantido pela Constituição brasileira em 1988.

4. JUSTIFICANDO O TRABALHO A PARTIR DOS SUJEITOS

Sempre tive engajada nas discussões sociais, raciais, de gênero e etc., levando meus alunos a uma reflexão crítica acerca de seus direitos e deveres, enquanto sujeitos históricos.

A minha preocupação sempre foi de tentar proporcionar oportunidades iguais a todos os alunos, sendo parte da minha prática pedagógica os trabalhos de campo pela cidade – conhecer e se apropriar sempre foi meu objetivo durante todas as visitas em espaços públicos e culturais.

Para conhecer melhor os meus alunos e propor um Plano de Ação que os atendesse e que proporcionasse a eles maior envolvimento na disciplina História, propus aos mesmos um questionário, respondido em sala, de maneira não obrigatória, e que me desse uma leitura acerca do nível econômico, social, cultural e étnico racial dos mesmos.

O objetivo desse questionário foi o de buscar, através dos próprios alunos, dados que me permitissem demonstrar a pertinência dessa proposta, uma vez que eu já a percebia pela convivência cotidiana da minha prática: que os alunos afro-descendentes têm menos oportunidades de frequentar espaços culturais do que os que se auto declararam brancos.

Durante a análise dos dados, fui percebendo um verdadeiro “Apartheid” entre colegas da mesma sala. Um exemplo é o fato relativo ao conhecimento do centro da cidade. Em uma das perguntas, pedi que eles escrevessem nomes de ruas que conhecem no Centro de Belo Horizonte. Os negros escreveram Rua Guarani, Rua Curitiba, Av. Olegário Maciel, etc. Os brancos: Av. Afonso Pena, Rua da Bahia, Av. Alfredo Balena, etc.

Outro exemplo:

Em outra pergunta, questionei qual é o ponto mais bonito da cidade de Belo Horizonte, e os negros responderam: Córrego do bairro Santa Terezinha, a Escola Municipal Santa Terezinha, Ouro Preto, Serra do Cipó. Já os brancos responderam: Mirante, Praça do Papa, Praça da Liberdade, etc.

Fui comprovando através das respostas que muitas vezes “Belo Horizonte” é muito distante de muitos deles.

Ponto mais bonito da cidade na perspectiva dos alunos:

	Branços	Pretos	Pardos
Aeroporto da Pampulha	1	-	-
Aquário de Belo Horizonte	-	-	1
Barreiro	-	1	-
Chevrolet Hall	-	-	1
Córrego do Bairro	-	1	-
Escola Municipal Santa Terezinha	-	-	1
Fora de BH	-	3	-
Igreja da Pampulha	2	-	1
Lagoa da Pampulha	7	2	1
Mineirão	3	1	1
Mirante	1	-	1
Museu de Arte da Pampulha	-	-	1
Parque Ecológico	-	-	1
Parque Mangabeiras	-	1	-
Parque Municipal	3	-	-
Praça da Estação	-	-	2
Praça da Liberdade	1	1	6
Praça do Papa	2	-	3
Praça Sete	1	-	1
Shopping Del Rey	1	1	2

Tabela 1 – Ponto mais bonito da cidade

Observando a Tabela 1, percebemos que os negros têm como referência de locais bonitos espaços próximos à escola, tais como o Córrego do bairro e a própria Escola. Já os brancos, acham bonitos locais além do entorno da Escola.

Outro fato que me chamou bastante atenção é o conhecimento dos espaços culturais através da Escola. Enquanto a quantidade de brancos que foram a Museus, Teatros, Exposições com a família e a Escola é empatado, com os negros se dá de uma maneira gritante: enquanto 30 negros foram a esses locais com a família, 95 foram somente com a Escola.

A Escola está para além dos seus muros. Ela está em todo lugar; a educação perpassa todos os espaços físicos. O Projeto Escola Integrada da PBH foi criada justamente com esta perspectiva.

A Escola tem um papel muito importante na inserção do aluno a espaços culturais.

Todas as Escolas da Rede Municipal de Belo Horizonte estão discutindo o Regimento Escolar³, e neste documento em parte já aprovado pela Comunidade Escolar, cita no Título III – Da organização da Convivência escolar, no Capítulo II – Do pessoal discente, na seção I – dos direitos aos Educandos da Educação básica, o artigo 63: “XXVIII – Criar e ter acesso às fontes de cultura.”

Ou seja, é papel da Escola proporcionar o acesso dos educandos a fontes de cultura, a espaços de memória da cidade, a locais de manifestações culturais e etc.

Os alunos são sujeitos de direitos, e por isso eles têm que conhecer, frequentar e se apropriar de qualquer espaço público e cultural de Belo Horizonte.

Em um dos momentos de discussão acerca dos atrativos do bairro, um aluno disse que fazia parte de um grupo de Congado, em um bairro próximo. Então, convidamos o grupo para uma apresentação na Escola. Foi um momento muito interessante. A apresentação foi só para os alunos envolvidos no Plano de Ação, fato que os deixou muito à vontade para perguntar, tirar dúvidas, e principalmente interagir com o grupo visitante.

Esta apresentação serviu para dois objetivos: primeiramente, o estudo de uma manifestação cultural de matriz africana, desconstruindo preconceitos acerca do Congado e, em segundo lugar, os alunos ficaram sabendo, e foram convidados para a festa anual que ocorre no mês de novembro, no bairro Urca⁴, festa religiosa que é aberta a toda a comunidade, com a presença de outros grupos de várias partes de Minas Gerais. O convite foi feito aos alunos, no qual muitos se interessaram, e até perguntaram se poderiam fazer parte do grupo. “(...) interessante, eu tinha medo desse negócio de Congado... Achava que era macumba, e agora eu entendi. Não vou ter mais medo... É uma cultura dos meus antepassados... por que não é divulgado?” Aluno C. 12 anos.

³ Conjunto de regras que irão reger as Escolas da Prefeitura de Belo Horizonte. O texto, está em construção coletiva, através de vários fóruns de discussão.

⁴ Bairro localizado na Regional Pampulha, próximo ao bairro Santa Terezinha.

Diante desse contexto, justifico e ressalto a importância desse trabalho no sentido de constituir uma ação educativa para as relações étnico-raciais.

5. REFERENCIAL TEÓRICO

Para compreender melhor a luta pela igualdade racial, devemos considerar que não basta apenas a implementação de uma lei. É preciso ir além, conhecer a história da vinda dos africanos, e sua luta por mais de trezentos anos, em um país que eles ajudaram a formar. Esta luta iniciada com a resistência do africano à condição colocada a ele, continua até hoje, na busca pela igualdade nas relações raciais.

A cidade, como um espaço amplo e para todos, proporciona oportunidades de convivência e aprendizagem que, conforme nos mostra os dados levantados juntos aos alunos, nem sempre tem ocorrido de maneira igual para todos. É uma luta pela igualdade e pela inclusão de todos nos vários espaços urbanos, públicos e culturais de Belo Horizonte.

5.1. Revisando a relação Brasil e África para referenciar a educação para as relações étnico-raciais

A história do africano no Brasil inicia com sua vinda de maneira forçada para a maior colônia portuguesa do século XVI, para servir de mão-de-obra escrava com o objetivo de enriquecer a nobreza.

Retirados de sua terra natal, o africano foi obrigado a deixar a sua história e cultura para trás e viver do outro lado do oceano de uma forma muito cruel, cerceado da sua liberdade.

Iniciou-se então um projeto desumano que enriqueceu os brancos e nobres europeus.

Os africanos permaneceram escravizados na colônia mais rica de Portugal, o Brasil, por mais de trezentos anos.

Este povo, que possuía costumes, valores, cultura, religião, etc., é obrigado a viver não mais a sua vida, e sim, a daquele que se julgava superior.

Resistências, lutas, insistência, sobrevivência e fugas. Foi assim que o africano conseguiu permanecer no Brasil, construindo juntamente com seus descendentes, o país que hoje conhecemos – da cana, do ouro, do café.

O ensino de História durante todo o tempo, não se preocupou em ensinar a luta dos africanos e seus descendentes na resistência à condição imposta a eles

pelas elites dominantes. O que se estudou e ainda continua sendo estudado é uma visão restrita acerca do assunto escravidão. “O escravo africano era submisso e aceitava a sua condição de escravo de forma pacífica, com algumas exceções, é claro, como por exemplo Zumbi dos Palmares.”

Os livros de História estão cheios de “estórias” dos vencedores: branco, europeu, rico, instruído, dono de engenhos e minas. E a luta, a resistência, as fugas e os quilombos? Isso infelizmente o livro didático não traz como prioridade.

O africano e seus descendentes foram excluídos totalmente dos direitos à cidadania e foram vítimas de um processo cruel de subjugação.

Com os movimentos burgueses europeus, houve uma cobrança para que Portugal acabasse com o regime de escravidão no país. Com passos lentos, leis são feitas, de forma que no dia 13 de maio de 1888 acontece a abolição do trabalho escravocrata no Brasil.

Os africanos e seus descendentes finalmente se tornaram livres! Mas, livres pra quê? Entende-se por liberdade ter uma vida digna e com um mínimo de direitos. Que direitos os ex-escravos conseguiram após as mãos “santas” da Princesa Isabel? Direito à rua, à exclusão. Homens livres – sem casa, sem emprego, sem perspectivas.

O governo “fingiu” que isso não era problema dele. Um ano depois, o Imperador e sua família também seguem outro rumo, a volta à Europa, como ex-governantes do Brasil.

O regime republicano que se instala renega o ex-escravo, marginaliza-o, não dá a ele o direito de cidadão, não o insere na sociedade.

É uma luta constante desde então, a conquista do espaço, da valorização e da cidadania.

O governo tentou de tudo, “branquear” a população, tentou voltar com os negros para o seu continente, etc. Sem sucesso, continuou ignorando o negro, tentando mantê-lo afastado de todos os direitos “conquistados” pelo homem branco.

Hoje, mais de um século de abolição da escravatura, a luta continua. Luta por direitos iguais, por cidadania, por inclusão, respeito, etc.

Em uma sociedade mestiça como a nossa, onde grande parte da população é afro-descendente, precisamos mudar o foco do nosso ensino, tirar de cena a Europa, e introduzir a África - continente mãe do povo brasileiro.

A Lei 10.639/03, promulgada em 9 de janeiro de 2003, que serve de diretriz curricular nacional para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana, nos traz essa possibilidade de conhecer e ensinar a história do continente africano e as raízes do povo brasileiro. No trecho abaixo, percebemos claramente o objetivo de buscar através da História o reconhecimento e a valorização de nossas raízes africanas.

“(...) O ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, evitando-se distorções, envolverá articulação entre passado, presente e futuro no âmbito de experiências, construções e pensamentos produzidos em diferentes circunstâncias e realidades do povo negro. É um meio privilegiado para a educação das relações étnico-raciais e tem por objetivos o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, garantia de seus direitos de cidadãos, reconhecimento e igual valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, européias, asiáticas. (...)” (BRASIL, 2003, p. 20)

Levar os alunos afro-descendentes a se orgulharem dos seus antepassados, através do conhecimento, mostrando a grandeza do continente africano.

Através do conhecimento e reconhecimento da cultura afro, sensibilizar o aluno afro-descendente a ter orgulho de seu povo, melhorando sua auto-estima e diminuindo os preconceitos racistas, infelizmente tão presentes na nossa sociedade.

Acredito que é possível, através das políticas públicas, inserir de fato o negro na sociedade, começando pelo acesso e permanência do mesmo na Escola.

Se tornar um cidadão pleno é se sentir dentro da sociedade e não à sua margem. É ter direito de ir e vir sem ser molestado; ter direito e acesso a todos os espaços culturais e públicos da cidade com total segurança e autonomia.

5.2. O espaço da cidade e suas dimensões formativas

Os alunos demonstram uma grande dificuldade em entender o espaço geográfico e temporal. Durante as minhas aulas, percebo que essa dificuldade muitas vezes vem associada a um desconhecimento dos espaços de memória e cultura da cidade, e muitas vezes, do próprio bairro. Expressões como: Museu, Estação Cultural, Casa de Cultura, etc., tornam-se muito abstratas para eles.

Ao indagar sobre a apropriação do espaço público por parte dos alunos, pude observar que a maioria deles mal conhece o entorno da Escola. E os espaços culturais da cidade, quando eles conhecem, foram por via de excursões e trabalhos de campo feitos pela Escola.

Pude também perceber que, em alguns espaços, o aluno, mesmo em grupo, sente receio de entrar. Tal fato está presente na fala de um aluno, que se recusou a entrar no Museu de Arte da Pampulha: “Professora, eu não vou entrar aí não! O meu pé está sujo e o piso deste lugar é muito branquinho (...)”.

Foi necessária a minha intervenção, no sentido de convencê-lo a entrar, dizendo que aquele espaço era público e ele tinha o direito de se apropriar dele, ou seja, andar pelo Museu e observar a Exposição. O aluno continua: “Eu sou preto! E se o guarda ficar me seguindo com medo de eu pegar alguma coisa?!”

Naquele momento percebi que meu aluno não se sentia seguro de entrar e permanecer no recinto, talvez por experiências com algum tipo de discriminação pela qual ele já tinha passado.

Levei a discussão para a sala de aula. Alguns falaram, outros se calaram. Enfim, o resultado da conversa ficou bem claro; os alunos afro-descendentes não se sentiam à vontade em frequentar determinados lugares, pois não se achavam “à altura deles”, pois muitos já sentiram na “pele” vários tipos de discriminações.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana:

“Combater o racismo, trabalhar pelo fim da desigualdade social e racial, empreender reeducação das relações étnico-raciais não são tarefas exclusivas da escola, porém, o racismo, as desigualdades e discriminações correntes na sociedade passam por ali. (...)” (Brasil, 2003 - Página. 14)

No meu entendimento, como professora de História, tenho o dever moral e ético de valorizar o meu aluno, e fazer dele um cidadão consciente de seus direitos garantidos na Constituição Federal de 1988:

“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, a liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.[...]” (Título II – Dos direitos e garantias fundamentais. Capítulo I – Dos direitos e deveres individuais e coletivos. Brasil, 1988 – Página 5)

E a partir do momento que vivi a situação descrita com meu aluno, me propus a iniciar esse projeto, que visa proporcionar e garantir que meu aluno afro-descendente seja respeitado e tenha o direito de frequentar locais públicos e culturais de Belo Horizonte sem ser abordado sem justificativa.

Conforme nos indicam as Diretrizes Curriculares para Educação das relações étnico-raciais:

“(...) Para que as instituições de ensino desempenhem a contento o papel de educar, é necessário que se constituam em espaço democrático de produção e divulgação de conhecimentos e de posturas que visam a uma sociedade justa. A escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados, ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, à conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimentos avançados, indispensáveis para consolidação e concerto das nações como espaços democráticos e igualitários. (...)” (Brasil, 2003 - p.14-15)

Nesse sentido, quando falamos em espaço público e as relações étnico raciais que o perpassam, buscamos aporte nos referenciais da geopolítica, tentando compreender primeiramente o conceito de território e a relação deste com o sujeito.

De acordo com Gomes (2002, p)

“Sem a pretensão de estabelecer uma definição acabada, um certo número de precisões parece ser necessário no uso da ideia de território...(...) Entendemos aqui por territorializar o movimento de um agente titular no ato de presidir a lógica

da distribuição de objetos sobre uma dada superfície e (...) controlar as dinâmicas que afetam as práticas sociais que aí terão lugar. O território é, pois, nesse sentido, parte de uma extensão física do espaço, mobilizada como elemento decisivo no estabelecimento de um poder(...)⁵.

O autor deixa claro que o território é um espaço em que um grupo ou parte dele exerce poder, ou seja, seleciona os moradores, ou no caso específico deste projeto, os usuários.

Neste sentido, Gomes (2002, p) esclarece melhor a relação entre território e poder. *“(...)Ele é assim uma parcela de um terreno utilizada como forma de expressão e exercício do controle sobre outrem. Por meio desse controle é possível a imposição das regras de acesso, de circulação(...)”*⁶

Quando pensamos no território que engloba a cidade, percebemos que existe de fato uma exclusão social, e principalmente, racial. Existem espaços dentro da cidade onde muitos moradores desconhecem, ou se os conhecem, não se sentem à vontade para freqüentar, por não se sentir pertencente àquele meio.

Neste sentido, a maneira como a população se apropria dos espaços da cidade nos indicam uma dimensão formativa que muitas vezes referencia nas discriminações de ordem étnico-raciais, sociais, econômicas, etc. Portanto é necessário reaprender a apropriar-se dos espaços da cidade como um todo; sentir-se parte do meio; e poder optar por frequentar ou não determinado espaço.

É nesta perspectiva que referencio este trabalho no sentido de constituir ações educativas para as relações étnico-raciais.

⁵ GOMES, Paulo César da Costa. A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. página 12.

⁶ GOMES, Paulo César da Costa. A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. página 12.

6. METODOLOGIA

O meu trabalho consistiu em levar os alunos a partir do segundo semestre de 2010 a vários locais de Belo Horizonte e discutir com eles o significado cultural do espaço visitado, mostrando a cada um deles que este espaço é público e que eles, enquanto cidadãos e sujeitos de direitos, podem ir e usufruir do espaço, desde que o respeitem enquanto patrimônio público.

Após cada visita, fizemos uma discussão acerca da importância do local visitado para a sociedade, entendendo que todos fazem parte da mesma.

Os locais visitados surgiram de uma demanda do grupo. Os alunos deram sugestões de espaços onde gostariam de conhecer, levando em conta também a programação existente nos mesmos.

Nesse sentido, estabelecemos o seguinte cronograma de atividades.

7. CRONOGRAMA

As atividades foram desenvolvidas de Agosto a Dezembro de 2010, com todos os alunos envolvidos no projeto.

Número de aulas	Conteúdo	Objetivos	Atividades	Material didático	Avaliação
4	Estudo sobre o Campus da UFMG – Pampulha	Mostrar aos alunos uma universidade federal próxima ao bairro onde estudam, levando-os a conhecer acerca das atividades oferecidas pela instituição.	Passeio pelo Campus, mostrando os prédios das faculdades e visita à Estação Ecológica da UFMG, onde participaram de diversas atividades.	Máquina fotográfica, papel e lápis.	Discussão em sala e depoimentos.
4	Visita ao Parque Ecológico da Pampulha	Caminhada da escola ao Parque Ecológico, mostrando sua proximidade em relação à escola.	Observação do parque, das espécies naturais e construções. Brincadeiras de bola e peteca. Momentos de relaxamento.	Máquina fotográfica, papel, lápis, bola e peteca.	Discussão em sala e depoimentos.
4	Visita ao Museu de Artes e Ofícios e Praça da Estação	Levar os alunos a conhecer o acervo do museu, e conhecer a estação ferroviária e seu entorno.	Observação do acervo, da estação ferroviária e da Praça da Estação.	Máquina fotográfica, papel e lápis.	Levantamento e estudo da história da Estação Ferroviária - da inauguração aos dias de hoje.
2	Praça da Liberdade	Conhecer o conjunto arquitetônico que compõe a Praça da Liberdade.	Observação e fotografia.	Máquina fotográfica, papel e lápis	Estudo comparativo do conjunto arquitetônico da Praça da Liberdade ao longo das décadas.
2	Parque Municipal Renè Gianeti	Levar os alunos a conhecer o Parque Municipal e seu conjunto arquitetônico.	Observação e fotografia.	Máquina fotográfica, papel e lápis.	Levantamento da história do parque, da sua fundação aos dias atuais, incluindo o Teatro Francisco Nunes e o Colégio Municipal IMACO.

4	Palácio das Artes	Mostrar aos alunos o Palácio das Artes, bem como sua importância cultural para a cidade.	Conhecer as instalações do Palácio das Artes, como o Grande Teatro e as salas de exibição e a Feira de Artesanato. Visita às exposições Amazônia: a arte e O Rio São Francisco, de Ronaldo Fraga.	Máquina fotográfica, papel e lápis.	Montagem em sala de aula de painéis com o material recebido das exposições e painel de fotografias. Discussão acerca da importância do Palácio das Artes na cultura local.
4	Conjunto Arquitetônico da Pampulha	Conhecer o conjunto arquitetônico da Pampulha	Observar a Casa do Baile, Museu de Arte da Pampulha, Mineirão e Mineirinho, Igreja São Francisco de Assis e todo o entorno da lagoa.	Máquina fotográfica, papel e lápis.	Discussão em sala sobre o conjunto, levando em conta a proximidade com a escola. Estudo aprofundado: Pampulha - de JK aos dias atuais.
4	Visita do grupo de Congado do bairro Urca à escola	Levar os alunos a refletir sobre a importância do Congado enquanto manifestação cultural de matriz africana.	Apresentação do grupo e bate papo com os alunos.	Máquina fotográfica.	Relato por escrito dos alunos sobre o Congado.

Tabela 2 – Cronograma das Atividades

8. AVALIAÇÃO

Durante minha investigação com os alunos acerca dos espaços da cidade frequentados por eles, ficou muito clara a “fronteira” invisível que eles mesmos traçaram. Como exemplo, posso citar o Shopping Del Rey⁷, centro de compras e encontros da maioria dos jovens do bairro Santa Terezinha. Eles se sentiam à vontade em dizer que já foram, e frequentam o shopping. Quando indago sobre outros shoppings, fora do bairro, sinto neles um medo de ir e conhecer, pois está fora do “território” conhecido e dominado por eles. Ou seja, o Shopping Del Rey já é conhecido, apropriado, e frequentado, fazendo parte também do meio que convivem, tais como a praça do bairro, o comércio local, etc. O outro “lugar” que também tem um shopping, não faz parte do interesse deles, pois pertence a outro “território”.

Eu comprovei essa ideia da apropriação do território quando levei um grupo de 40 alunos ao Parque Municipal⁸ para um piquenique. Em uma enquete realizada por mim dentro do parque, descobri que dos 40 alunos que foram, 30 já conheciam, e destes 30, 22 ficaram conhecendo através da Escola.

Após o piquenique, comuniquei que iríamos visitar duas exposições no Palácio das Artes⁹. Dos 40 alunos, somente 4 já haviam ido lá, e todos eles, com a Escola. Eu percebi que ficaram inseguros ao saírem do parque e caminharem até o Palácio das Artes. O não conhecimento daquele “território” os assustou um pouco.

Ao chegar lá, ainda desconfiados, foram aos poucos observando e se apropriando. Havia outras escolas no local. Então, começaram a se familiarizar e, em pouco tempo, adquiriram a autonomia de ir ao banheiro, aos jardins, ao saguão, e começaram a interagir no espaço com naturalidade.

Quando fomos avaliar essa visita, foram unânimes ao dizer que se sentiram à vontade e bem tratados.

⁷ Centro de compras localizado no bairro Caiçara, que fica próximo ao bairro Santa Terezinha.

⁸ O Parque Municipal Américo Renné Giannetti, foi fundado em 1897, o parque municipal, como é popularmente chamado, é o primeiro jardim público da capital. Com uma área de 180 mil metros quadrados, ele abriga um pequeno parque de diversões, além de espaços para espetáculos musicais e teatrais, como o Teatro Francisco Nunes.

⁹ Um dos mais completos e dinâmicos centros de exibição e produção artística da América Latina.

Em outra ocasião, levei outro grupo de alunos à Universidade Federal de Minas Gerais. Após a visita ao Campus e à Estação Ecológica, com direito à caminhada pela trilha, um aluno me disse: *“Interessante, meu ônibus passa na porta da UFMG e eu nunca tinha visto esta mata”* Aluno A. 12 anos.

Percebi naquele instante que seus olhos “abriram” para ver além de suas fronteiras, e ele compreendeu que precisa observar os caminhos por onde seu ônibus passava, pois poderia encontrar espaços e lugares que nunca havia observado.

Quando o aluno se apropria de fato do espaço do seu entorno, ou fora dele, ele se sente participante, pois percebe que está interagindo com a cidade.

O resultado do trabalho tem sido surpreendente, a cada saída, uma expectativa. A cada chegada no local, uma emoção.

Com certeza os alunos já foram em diversos locais, mas sem o espírito investigativo, curioso. Essa foi a diferença, de acordo com a fala de uma aluna:

“Poxa ‘fessora’, eu já atravessei esta praça (Praça da Liberdade) com minha mãe, mas foi correndo para resolver um problema na Prefeitura, lá na Bolsa Escola. Eu não observei ela. Estou abobada com tanta flor e tanto prédio antigo. Tudo muito bonito. Valeu a pena! Quero voltar, trazer um livro, sentar neste banquinho e ler igual gente grande” Aluna T. 13 anos

Quando propomos uma visita a determinado local, não é apenas uma saída, um passeio. É algo além, é conhecer a cidade. Suas ruas, avenidas, parques, teatros, praças, etc.

No início, meio tímidos, com receio de entrar, com vergonha. Depois se sentem à vontade e é preciso “segurar a onda”, senão até bagunça sai...

Foi difícil ter que interromper o projeto, dizer que não tinha mais ônibus disponível, e nem mais tempo disponível.

Chegaram a sugerir: “Vamos a pé! Que tal uma volta na Lagoa da Pampulha? A gente pode observar o caminho...”

A partir de 2011, irei começar as visitas a Exposições, a apresentações teatrais e as idas aos parques no início do ano letivo, com uma proposta interdisciplinar, envolvendo o máximo possível de professores e pretenciosamente, todos os alunos do 3º Ciclo. O eixo norteador do trabalho será

a educação para as relações étnico-raciais. Iremos explorar também as manifestações culturais de matriz africana do bairro, tais como Congado e grupos que trabalham essas questões.

Para que se concretize de fato a apropriação do espaço cultural da cidade, é necessário um planejamento juntamente com o aluno e uma discussão acerca da importância do local para a formação de uma cidadania plena e consciente.

É necessário também um planejamento com antecedência para que a Escola viabilize o suporte necessário.

O aluno gosta de inovação, surpresa, sair às vezes da rotina. Essa educação que visa além dos muros da Escola é muito importante para a formação de um adulto seguro e autônomo, conhecendo as múltiplas identidades étnicas, sociais e religiosas que formam o povo brasileiro através também da visita a centros culturais, arquivos, museus, enfim, conhecendo a nossa história através do conhecimento do imenso patrimônio cultural do povo da nossa cidade.

“Somos nós, pretos, pardos, brancos, amarelos, indígenas que formamos a nação brasileira, e a Escola tem que dar conta de educar para a vida em sociedade, com respeito e valorização de todos, sem distinção de raça ou cor”. Marilene

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Escola, como um dos espaços de formação e socialização do sujeito, tem o dever de promover estratégias de valorização das diversas culturas e de combate ao racismo e preconceito.

Acredito que, para inserir todos dentro de uma sociedade, seja preciso proporcionar autonomia, conhecimento e, sobretudo, auto-estima no sujeito em formação.

A apropriação do espaço público e cultural da cidade é um dos mecanismos encontrados por mim para permitir o conhecimento, interação e participação do sujeito aluno nos espaços construídos para todos.

Sabemos que o racismo e o preconceito existem, e não apenas atinge o aluno afro descendente, mas também a todos que fogem da regra imposta por uma cultura eurocêntrica, branca e cristã. Como diz Lopes:

“O preconceito como atitude não é inato. Ele é aprendido socialmente. Nenhuma criança nasce preconceituosa. Ela aprende a sê-lo (...). Sendo assim, podemos considerar que os primeiros julgamentos raciais apresentados pelas crianças são frutos do seu contato com o mundo adulto. As atitudes raciais de caráter negativo podem, ainda, ganhar mais força na medida em que a criança vai convivendo em um mundo que a coloca constantemente diante do trato negativo dos negros, dos índios, das mulheres, dos homossexuais, dos idosos e das pessoas de baixa renda.” (LOPES, 2005, p.54 -55)

Portanto, a Escola precisa proporcionar oportunidades de interação com vários tipos de espaços físicos e culturais para que o sujeito aluno possa ter uma visão para além dos muros da escola e conviver com esses espaços que por mais que a sociedade branca dominante não queria, é um espaço de todos e para todos.

Não podemos, enquanto professores, permitir uma apartheid social, limitando o universo cultural do nosso aluno. É preciso que ele conheça, entenda e participe de movimentos culturais que acontecem ao seu redor.

O território não está demarcado. Ele existe para que todos tenham acesso, independente da cor, raça, condição social, entre outras.

Cabe a nós educadores mostrar os espaços, tirando a “cerca” do lugar e construirmos com os alunos a autonomia e a oportunidade de escolha dos mesmos. Querer ou não freqüentar o Palácio das Artes pode ser uma opção do sujeito, porém, levá-lo a conhecê-lo é um dever da Escola, pois a abordagem cultural e social feita é diferente daquela que acontece de modo isolado, ou seja, o conhecimento de determinado local sem a intervenção de um mediador.

Este tipo de ação, de reflexão e apropriação do espaço público e cultural é um trabalho que já tenho feito com os alunos desde o ano de 2005, e após o embasamento teórico obtido no curso de História da África, pude aperfeiçoar a sua prática, bem como fazer com os alunos a discussão da Lei 10.639/03 e suas aplicações no cotidiano escolar.

Acredito que a metodologia utilizada neste trabalho favoreceu o conhecimento e a compreensão do espaço, lugar e território presentes na cidade.

Ao sair da “fronteira” do bairro, podemos ampliar o olhar do aluno sobre o patrimônio cultural do entorno, bem como nas áreas “destinadas às elites” dentro da cidade. A saída da periferia para o centro é romper com a barreira socio-racial que injustamente regem esta sociedade pautada não no sujeito, e sim na sua cor e raça.

Devemos, enquanto educadores, lutar e mostrar aos alunos que a igualdade garantida na Constituição Federal vigente no país, é uma conquista e um direito para todos, e que só educando para as relações étnico-raciais construiremos um mundo mais justo e igualitário.

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Carlos Sant'anna. 1. ed. Brasília: Ministério da Educação, 1989. Página 5.

BRASIL. Decreto **Lei nº. 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **"Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana"** CNE/CP. Diário Oficial da União. Brasília, Junho de 2004.

GOMES, Paulo Cesar. **"A Condição urbana: ensaios de Geopolítica da cidade"**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002

LOPES, Vera Neuza. **"Educação e inclusão étnico-racial"**. In: SANGER, Dircenara dos Santos. Educação sem discriminação; Viamão, 2006, p.25-26.

MUNANGA, Kabengele. **"Rediscutindo a mestiçagem no Brasil"**. Petrópolis: Vozes, 1999